



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

## SENTENÇA

Processo Digital nº: **0005135-51.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto **Impugnação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**  
 Impugnante: **Alessandre Rodrigues Geraldo**  
 Impugnado: **OPTO ELETRONICA SA e outro**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de pedido de habilitação de crédito trabalhista movido por **ALESSANDRE RODRIGUES GERALDO**, nos autos da recuperação judicial de **OPTO ELETRÔNICA SAe OUTRO**. Alega, em resumo, que é credor das recuperandas na importância de R\$54.685,73.

O administrador judicial e o perito contábil opinaram pela inclusão do crédito trabalhista no montante de R\$75.601,07 (fls. 19/21).

As recuperandas se opuseram ao pedido (fls. 22/26); sustentaram a necessidade de indeferimento da petição inicial, bem como falta de interesse de agir em virtude do inadimplemento da parcela vencida somente ser noticiado 49 dias após o descumprimento da obrigação.

O habilitante se manifestou alegando que a contestação é meramente protelatória (fls. 33/35).

O Ministério Público manifestou concordância com os valores apurados pelo perito contábil (fls. 43/44).

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

De início, observo que o habilitante não requereu os benefícios da justiça gratuita e tampouco juntou as custas judiciais.

Não há que se falar em falta dos requisitos da petição inicial. Há todas as informações necessárias para a apreciação do mérito. Outrossim, não há que se falar em falta de interesse de agir, em virtude da divergência quantos aos valores discutidos, sendo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

esse um dos objetos desta demanda.

Dito isso, passo ao mérito.

O administrador judicial trouxe aos autos laudo técnico que analisou a contento os valores a serem habilitados observando, inclusive a posição deste juízo em relação à inclusão dos valores de FGTS, sendo o que basta.

O artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/05, estabelece a data da propositura da ação de recuperação judicial como termo limite para a atualização monetária dos créditos, o que foi observado, nada havendo que se modificar.

Há, inclusive, aquiescência do fiscal da ordem jurídica, sendo o que basta.

Diante do exposto, **DEFIRO A HABILITAÇÃO** do crédito trabalhista em favor de **ALESSANDRE RODRIGUES GERALDO**, no valor de R\$75.601,07, tendo como devedora Opto Eletrônica S/A e outro, cujo pagamento obedecerá aos prazos e critérios determinados no plano de recuperação judicial.

O crédito aqui discutido deverá ser classificado como privilegiado, nos termos do artigo. 83, inciso I, da Lei 11.101/05.

Certifique-se nos autos principais da recuperação, cabendo ao Administrador providenciar a correta inclusão na relação de credores.

Intime-se a parte autora para que proceda o recolhimento das custas processuais, em 05 dias.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo eletrônico.

Cientifique-se o MP

P.I.

São Carlos, 13 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**